



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0001512-87.2011.8.17.0970 (0280516-1)  
APELANTE : ALEX FERREIRA DE LIMA JUNIOR  
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO  
RELATOR : FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA  
CONVOCADO  
REVISOR : DES. MARCO ANTONIO CABRAL MAGGI  
PROCURADORA : ADRIANA GONÇALVES FONTES

**EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRAFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES (ARTIGO 33 DA LEI 11.343/06). EXARCEBAÇÃO DA PENA. INOCORRENCIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAS DESFAVORAVEIS. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO §4º DO ARTIGO 33 DA LEI 11.343/06. IMPOSSIBILIDADE. APELANTE QUE NÃO PREENCHE OS REQUISITOS. APELAÇÃO IMPROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.**

I – No tocante à reprimenda aplicada, verifico que o magistrado fixou a pena-base acima do mínimo legal (06 anos de reclusão) por ter valorado negativamente as circunstâncias da culpabilidade, antecedentes, personalidade, motivos, circunstâncias do crime. Contudo, observo que apesar do magistrado não ter analisado todas as circunstâncias do artigo 59 do Código Penal de forma idônea, valendo-se em relação aos motivos do crime de fundamentação própria do tipo penal, entendo que o quantum da pena-base aplicada mostra-se razoável diante da quantidade de circunstâncias judiciais desfavoráveis.

II- Para fins de obtenção da causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, §4º da lei 11.343/06, exige-se que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique à atividades criminosas nem integre organização criminosa. No caso, o recorrente não tem bons antecedentes e já foi condenado por tráfico de drgas.

II – Apelo improvido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0001512-87.2011.8.17.0970 (0280516-1)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, negar provimento ao apelo**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 30 de abril de 2013.

Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima  
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº0001512-87.2011.8.17.0970 (0280516-1)**

**COMARCA: MORENO**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: ALEX FERREIRA DE LIMA JUNIOR**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR CONVOCADO: FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA FONTES**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de apelação criminal interposta por **Alex Ferreira de Lima Junior** inconformado com a sentença prolatada, às fls. 132/136, que o condenou como incurso no delito previsto no art. 33 da lei 11.343/06, à pena de 6 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa.

Em razões recursais, às fls. 99/102, o apelante requer a diminuição da pena imposta para o mínimo legal, bem como que seja reconhecida em seu favor a causa de diminuição de pena prevista no §4º, do artigo 33, da lei nº 11.343/06.

O representante Ministerial apresentou contra-razões às fls. 156/158, rebatendo os argumentos da defesa e pugnando pelo improvimento do presente recurso.

A Procuradora de Justiça, Adriana Fontes, ofertou parecer às fls. 170/171, opinando pelo não provimento do presente apelo.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 24 de setembro de 2012.

**JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA**  
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº0001512-87.2011.8.17.0970 (0280516-1)**

**COMARCA: MORENO**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: ALEX FERREIRA DE LIMA JUNIOR**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR CONVOCADO: FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA FONTES**

**VOTO**

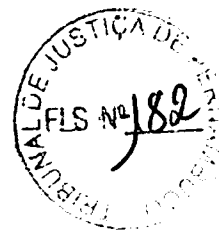
Conforme explicitado no relatório, o apelante Alex Ferreira de Lima Junior insurge-se contra sentença que o condenou a pena de 06 (seis) anos de reclusão e 600(seiscentos) dias-multa por infração ao art.33 da Lei nº11.343/06, requerendo a diminuição da pena imposta para o mínimo legal, bem como que seja reconhecida a causa de diminuição da pena prevista no §4º do artigo 33 da lei de tóxicos.

Pois bem:

Narra a denúncia que no dia 21 de agosto de 2011, por volta de uma hora, na Vila Holandesa, em Moreno-PE, policiais militares que estavam fazendo patrulhamento de rotina, perceberam o denunciado Alex Ferreira de Lima em uma motocicleta em atitude suspeita, e ao ser abordado foi encontrado em sua posse três pedras de crack, um recipiente contendo aproximadamente 500 ml da substancia conhecida como loló, bem como um aparelho celular, além da importância em espécie de R\$ 198,40 (cento e noventa e oito reais e quarenta centavos), ocasião em que foi preso e autuado em flagrante.

Examino:

4



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

A materialidade está comprovada através do Laudo de Exame de Substância Tóxica às fls 95/99, onde se constatou que o liquido da garrafa plástica tratava-se de uma mistura de duas substancias orgânicas composta de Clorofórmio e Etanol e que a substancia em forma de pedras, tratava-se de "crack", produto derivado da cocaína base.

A autoria também está comprovada pelo conjunto probatório, não havendo, inclusive, insurgência quanto a esse ponto em sede de apelação.

A defesa requer apenas a diminuição da pena-base para o mínimo legal e o reconhecimento da causa de diminuição prevista no §4º do artigo 33 da lei 11.343/06.

No tocante à reprimenda aplicada, verifico que o magistrado fixou a pena-base acima do mínimo legal, ou seja, 06 (seis) anos de reclusão por ter valorado negativamente as circunstâncias da culpabilidade, antecedentes, personalidade, motivos, circunstâncias do crime.

Contudo, observo que apesar do magistrado não ter analisado todas as circunstâncias do artigo 59 do Código Penal de forma idônea, valendo-se em relação aos motivos do crime de fundamentação própria do tipo penal, entendo que o quantum da pena-base aplicada mostra-se razoável diante da quantidade de circunstâncias judiciais desfavoráveis.

Assim, restando desfavorável as circunstâncias da culpabilidade, antecedentes, personalidade, circunstâncias do crime mantenho a pena-base em 6(seis)anos de reclusão e 600(seiscentos) dias-multa.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Da mesma forma não merece prosperar o pedido para que seja aplicada em seu favor a causa de diminuição de pena prevista no §4º, do artigo 33, da lei 11.343/06

Analisando o §4º do artigo 33 da lei nº 11.343/06, entendo que não assiste razão o apelante, já que para que seja alcançado o benefício é preciso que o acusado cumpra alguns requisitos previstos na lei, tais como: ser primário, ter bons antecedentes, não se dedique a atividades criminosas e nem integre organização criminosa.

Neste caso, verifico que o apelante não atende aos requisitos mencionados já que não tem bons antecedentes, pois já respondeu a outro processo crime tombado sob o nº 0000151-59.2006.8.17.0760 por infração ao artigo 278 CP (fls. 83).

Além disso, o próprio recorrente confessou perante a autoridade policial, às fls. 22, "*que já foi preso na cidade de Itamaracá, por tráfico de drogas e roubo; que passou três meses preso no Cotel[.]*", e em Juízo (as fls.125), o recorrente confirmou que já respondeu processo por tráfico de drogas.

Sobre o assunto já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PENA CONCRETIZADA EM 5 ANOS E 10 MESES DE RECLUSÃO, EM REGIME FECHADO. ACÓRDÃO QUE RECONHECE A REINCIDÊNCIA DO PACIENTE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART.33, § 4º. DA LEI 11.343/06 PARA A DIMINUIÇÃO DA PENA. PLEITO DE AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA INCOMPATÍVEL COM A AÇÃO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

MANDAMENTAL.PRECEDENTES DO STJ. PARECER MINISTERIAL PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA.

1. Para fins de obtenção da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4o. da Lei 11.343/06, exige-se que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa, proibida, de qualquer forma, a conversão em penas restritivas de direito.

2. Omissis

3. Omissis

4. Ordem denegada, em consonância com o parecer ministerial. (HC 135.880/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 08/09/2009, DJe 13/10/2009)

Diante do exposto, em consonância com parecer da Procuradoria de Justiça, nego provimento ao presente apelo, mantendo-se a sentença nos seus exatos termos. É como voto.

Recife, 30 de abril de 2013

Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima  
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0001512-87.2011.8.17.0970 (0280516-1)

COMARCA: MORENO – PE

APELANTE: ALEX FERREIRA DE LIMA JUNIOR

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

**VOTO DE REVISÃO**

Srs. Desembargadores,

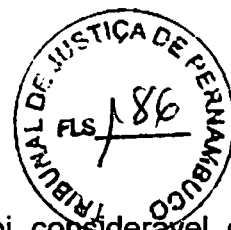
Sr.(a) Procurador(a).

Cuida-se de recurso de apelação interposto por Diego Rodrigo Viana de Lira em favor de **ALEX FERREIRA DE LIMA JUNIOR** contra sentença condenatória de fls 132/136, proferida pelo juiz da comarca de Moreno.

Em suas razões fls 144/154, o apelante alega que foi condenado à pena de seis anos de reclusão por violação ao disposto no art. 33 da lei antidrogas. Diz que a dosimetria da pena-base é exacerbada e pugna pela aplicação da causa especial de diminuição prevista no § 4º do art. 33 do mesmo diploma legal à fração de dois terço. Defende que a pena seja aplicada no mínimo legal cominada para o tipo penal.

Nas contrarrazões de fls 156/158, o Ministério Público diz que o paciente não faz jus à causa especial de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da lei antidrogas, opinando pelo não provimento do apelo, mantendo-se a decisão *in totum*.

A Procuradoria de Justiça as fls 170/171, diz as circunstâncias judiciais são desfavoráveis ao recorrente quase em sua totalidade, e a fixação da pena-base atendeu ao princípio da proporcionalidade, opinando pelo desprovimento do apelo, mantendo-se a decisão *in totum*.



De acordo com a sentença "a culpabilidade foi considerável e concreta e se traduz pelo dolo determinado com que se houve o agente; intenso o grau de reprovabilidade. O acusado registra mácula em seus antecedentes criminais. A sua conduta social não se enquadra nos padrões normalmente aceitos. A sua personalidade é voltada para a prática do crime. Os motivos do crime foram decorrentes da ausência de dinheiro e/ou vício. As circunstâncias lhe são desfavoráveis, vez que não obedeceu ao sinal da polícia para parar, empreendendo fuga, sua conduta não teve maiores conseqüências, ante a ação policial".

Observa-se que a pena foi bem dosada e não foi exacerbada a dosimetria da pena-base fixada na sentença posto que as circunstâncias judiciais do art. 59, do CP e do art. 42 da lei antidrogas são desfavoráveis em parte ao apelante. Portanto, encontra-se justificado o acréscimo de um ano à pena-base acima do mínimo legal.

Como se sabe a pena prevista para o crime disposto no art. 33 da lei antidrogas é de 05 (cinco) anos a 15(quinze) anos de reclusão e multa. Deste modo, de se ver que a pena imposta na r. sentença de seis anos de reclusão não é exagera e ficou num patamar próximo do mínimo legal cominado ao tipo penal.

Quanto ao contido no § 4º do art. 33 da lei antidrogas, verifica-se que o pleito não merece prosperar, pois para fazer jus ao benefício o agente deve ser primário e não registrar antecedentes criminais, provar que não se dedica as atividades criminosas nem integra organização criminosa. Por outro lado, o recorrente não logrou demonstrar preencher os requisitos necessário à obtenção do benefício previsto no § 4º do art. 33 da lei antidrogas.

Ante o exposto, comungo do mesmo entendimento esposado pelo relator, pelo que meu voto é para negar provimento ao apelo interposto e manter os demais termos da sentença.

**É COMO VOTO**